

ENTREVISTA

Guilherme Castelo Branco é professor Titular de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual desde 1981 é docente. Desde 2019, tornou-se Professor Colaborador Visitante da UFRJ. É o líder do Laboratório de Filosofia Contemporânea da UFRJ. Membro fundador da Red Iberoamericana en Filosofía Política. Coordena acordo internacional com o Grupo Praxis, coordenado por André Barata, em Portugal. Publicou centenas de textos, artigos, capítulos de livros e livros sobre Filosofia Contemporânea e Filosofia Política. Entre seus últimos artigos e textos destacam-se: ‘Lengua y literatura en Michel Foucault’, Revista Nómadas, Madrid, 2017; ‘A interrupção da democracia. O cone sul’, Revista Internacional Astrolabio, Barcelona, 2018, ‘Lutas de Resistência, multipartidarismo, Revista de Filosofia Síntese, Belo Horizonte, 2018; ‘Rousseau na leitura crítica de Michel Foucault’. In: Emmanuel Chamorro. (Org.).

■ Nas suas aulas que resultaram no trabalho “Em Defesa da Sociedade”, vemos Foucault apontar que ao longo dos séculos XVIII e XIX assistimos a construção de novos discursos que buscavam produzir e reordenar formas de poder. Nessa nova lógica, a guerra não mais se apresentava como o instrumento normativo da sociedade, mas sim, o que ele denominaria como biopolítica.

No contexto em que vivemos da pandemia, tornou-se um lugar comum falar em adoção de políticas de guerra contra o vírus. O próprio Congresso Nacional debateu a aprovação de um “orçamento de guerra”. Estaríamos retornando ao contexto em que o discurso da guerra modelava as relações de poder?

► Talvez o mais importante do “Em defesa da sociedade” seja o importante capítulo (aula) sobre Racismo de Estado (dia 17/03/1976), que será inserido num contexto maior nos cursos dos anos posteriores, até 1980.

O que é novo, num modelo teórico como o de Foucault (e também de boa parte dos filósofos franceses no final do século XX), é a adoção de uma concep-

ção agonística de poder. O que está em cena são as relações de poder, relações de força, que podem ter aspectos bastante diversificados, num espectro que vai da inexistência das lutas de poder nos totalitarismos à ampla liberdade no autogoverno autônomo dos libertários. Se onde há poder há resistência, urge pensar a política em termos de luta, de lutas estratégicas, com jogadas diversas, estratégias variadas, artimanhas, chantagens, etc. É por isto que a política é a guerra continuada por outros meios, e neste sentido nos contextos políticos deve existir um *quantum* de força e de liberdade, capaz inclusive de gerar equilíbrios de força.

A governamentalidade, que expressa as técnicas de gestão de poder ainda hoje, descreve o controle da população, mas pressupõe enfrentamentos, contra condutas, mesmo em momentos da história nos quais vigem formas de controle da vida e da conduta das pessoas, o que poderia dar a impressão – equivocada por sinal – de que os movimentos sociais e as lutas de classe e das minorias não teriam mais lugar. Pelo contrário, as mobilizações sociais estão muito fortes, diante de forças contrárias que nada tem de pequenas e que são, muitas vezes, truculentas.

As guerras, nas modernas tecnologias de gestão política, não são mais uma necessidade política; na verdade, assim o Estado de sítio previsto em todas as Constituições existentes, a guerra serve mais para intimidar e chantagear toda e qualquer sedição possível. A guerra completa o sistema da segurança social oferecida à população, exercida por exércitos profissionais e permanentes, assim como pelas diversas forças policiais (há países sem forças armadas, mas jamais sem polícias). É obvio que as guerras existem, a serviço, de um lado, das paixões humanas em conflito, e de outro, para o lucro de uma indústria extremamente lucrativa. Pensar a guerra, hoje, é questão a ser pensada bem mais em termos econômicos. É cada vez mais evidente os vínculos entre guerra e negócio. Até o Papa Francisco fala sobre isto e pede que os negócios da guerra sejam suspensos nos tempo de pandemia.

Mas a gestão financeira de reservas e vultosos montantes de dinheiro se faz bem mais num ambiente de conflitos sociais sob controle, ou em níveis aceitáveis pelas populações, que se sentem asseguradas pelos mais diversos institutos de garantia da manutenção da convivência social em graus pouco elevados de entropia. Uma vez que a saúde da população está no eixo central das políticas de seguridade social, os Estados e os sistemas de saúde estão sendo levados a enfrentar um desafio inesperado, e certamente entram na berlinda, passam a ser observados pelos assistidos e pagantes que desejam ver suas demandas atendidas.

Em tempos de pandemia, quando se fala em guerra, entendo que o termo tem um sentido simbólico, ou que é tão somente uma metáfora a respeito da saída ou de mudanças bruscas nas técnicas de gestão habituais. Os Estados estão em 'guerra' contra um vírus quando saem do lugar que decidiram possuir em tempos de neoliberalismo e globalização. Como o lugar de produção globalizado tem lugar certo e todos sabem onde é, vivemos, temporariamente, numa competitividade do lado da procura, e que fez muitos países enxergarem a fragilidade de não possuírem uma indústria autóctone diversificada, capaz de respostas rápidas em certos casos de urgência. Os objetivos passaram a ser diferentes, numa situação inesperada, e os Estados, assim como o sistema financeiro internacional, estão ainda atordoados. Chamam ao novo desafio e à urgência no seu enfrentamento, difícil, de guerra.

■ Ao tratar da biopolítica, Foucault nos remete à ideia de que o poder exerce controle sobre o domínio da vida. Seu mecanismo impõe novas formas de disciplina numa sociedade, a industrial, que se caracteriza pela presença das massas, isto é, de um grande número populacional de pobres, a quem cabe controlar e disciplinar.

Por sua vez, Achille Mbembe, aponta que assistimos hoje o exercício soberano de controle sobre a mortalidade, o que definiria a vida como implantação e manifestação de poder. Seria, então, a constituição da necropolítica. Em ambas as leituras, a morte se apresenta como fruto de uma decisão política.

A forma de leitura feita por lideranças tão similares como Trump e Bolsonaro, relativizando as mortes com a pandemia e defendendo o rápido retorno à normalidade, se insere no contexto descrito pelos dois autores? E como a sociedade se posiciona ante essa realidade?

► A natureza do Racismo de Estado (e de sua variante mais nitidamente ideológica, o Terrorismo de Estado), vincula necessariamente a vida e a morte numa equação sempre instável e repleta de novas variáveis. A Necropolítica pode ser entendida como uma ideia e ferramenta valiosa para o estudo e descrição de casos-limites de Racismo de Estado (recomendo o artigo de Moraes, <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34104>). Vou me centrar no Racismo de Estado: ele não consiste apenas na passagem do fazer morrer e deixar viver, da época da soberania, para o fazer viver e deixar morrer, da era da governamentalidade. O Racismo de Estado, no limite, pode levar à extinção da vida na Terra, alimentada por ideologias suicidárias (supremacistas) que porventura possam ser ativadas com bombas como as de hidrogênio e bombas atô-

micas. O Racismo de Estado pressupõe a constante abertura de novos grupos de intervenção e de subgrupos a ser ‘trabalhados’ ou eliminados por algum tipo de intervenção médica, sanitária, policial, ou armada. Alguns podem ser inventados, num futuro próximo, ou foram ‘descobertos’, há pouco, como nocivos ou problemáticos. Por exemplo, na pandemia de 2020, surgiu uma nova comorbidade, da qual todo gordo faz parte e é responsável. A obesidade deixou de ser uma preocupação médica para se tornar uma doença e – quiçá- um mal moral.

Todavia, não concordo que a população seja um aglomerado de pobres controlados e sujeitos à disciplinarização. Esta tarefa de intervenção disciplinar é mais antiga, vem do século XVI, quando as escolas, os orfanatos, as casernas, os asilos, os hospitais, os sistemas sanitários passaram a se interessar com a conduta das pessoas e com sua condução. Ou seja, inaugura-se com a disciplinarização uma espécie de proto - política. A era da população, ou da biopolítica, que dá prosseguimento à disciplinarização, faz acontecer um estranho pacto entre as classes sociais e os Estados, entre elas o proletariado, que buscaram receber acesso à educação, à seguridade social, à cobertura médica, enfim uma vida menos vulnerável. Na verdade, foi o conjunto de demandas sociais da população que levou por sua vez à explosão do capital financeiro. Não se tratava, a partir do século XIX, da aferição de impostos, mas de uma contribuição massiva que gerou valores astronômicos. Capital a ser gerido, capital financeiro a ser investido e reinvestido a longo prazo. Com o tempo, os Estados delegaram parte desse dinheiro a empresas privadas, a fundos sindicais ou de outra natureza, o que levou a imensos movimentos de capital. Não é dinheiro derivado de imposição (em Foucault, no ‘Segurança, território, população’, vale a pena verificar a aula de 05/04/1978, sobre os vínculos entre liberdade e governamentalidade), mas é também produto de desejo de uma vida segura. Não podemos esquecer que há vias que tem duas mãos, que pactos foram feitos e acordos celebrados, ainda que com dissimetrias e forças desiguais. Os sistemas de seguridade é um desses casos de assentimento entre as classes populares e o Estado e suas instituições.

Os Estados e os sistemas de saúde (inclusive as empresas médicas privadas), na atualidade, em especial em casos de grandes comoções, epidemias, pandemias, estão sendo obrigadas a mostrar serviço, para dar conta da demanda social, uma vez que o dinheiro de todos os segurados está em jogo. Afinal, os parceiros têm o direito de exigir que os serviços prometidos sejam executados. Os contribuintes, por outro lado, podem se esforçar para que aquilo que lhes é demandado seja realizado, como participar de quarentena para viabilizar a continuação razoável do sistema de saúde. O isolamento social, assim, não é tão somente um movimento inspirado na compaixão e no medo da morte, mas também um ato

de preservação da capacidade de gestão que garanta o usufruto do contribuinte em caso de necessidade, para si e aos seus, de benefício médico ou previdenciário a pequeno ou longo prazo. Os participantes dos sistemas de seguridade-segurança social estão cuidando de um patrimônio que percebem ser também seu.

Os não segurados, como os miseráveis, os apátridas, os imigrantes, os camponeses, e outros tipos de excluídos, não tem cobertura social e estão passíveis de pagar com a vida com mais presteza pelo seu lugar sócia (ainda que não tenham feito nada para ocupar tal *locus*). Decisões arbitrárias sobre a vida e a morte das pessoas não é apenas resultado de péssimas escolhas de líderes insensatos, mas também resultam de uma cumplicidade entre a população e as instituições no tocante ao acesso à cobertura médica e previdenciária. Neste caso, estamos falando de estruturas de poder disseminadas e espalhadas em boa parte da sociedade, e que transborda, em muito, as instituições do Estado e que cumprem com os regulamentos em vigor.

Claro que na atual pandemia assistimos a técnicas de controle cerradas e acentuadas pelas novas tecnologias, como podemos ver em artigos como o de Han, ver o endereço <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>

■ Em momentos de crise do capitalismo, o liberalismo utilizou-se do intervencionismo Keynesiano como prática de governabilidade e da intervenção econômica e social, como o New Deal, de Roosevelt. Atualmente, o neoliberalismo vem desconstruindo o Estado de bem estar social como política econômica global.

Você considera que a pandemia do Covid-19 transformou o mundo em um laboratório onde a chave analítica de biopolítica possa contribuir para o entendimento de como se dá a adoção das políticas do Estado neoliberal ante a sociedade civil, por um lado, e, por outro, entre os governos autoritários e os movimentos sociais? Você considera que alguma leitura já pode ser feita nesse sentido?

► Uma das apostas feitas por diversos analistas é a de que o Estado vai se afastar da perspectiva neoliberal e voltar a ter papel ativo na regulação da produção e da distribuição do resultado do esforço da sociedade pela maior parte de seus membros. Do ponto de vista dos resultados médicos no caso da pandemia de 2020, ficou evidente que os sistemas de saúde públicos e universalizados foram extremamente eficazes na prevenção e tratamento da epidemia, enquanto que os

sistemas mistos ou predominantemente privados foram de um fracasso retumbante. A distância dos sistemas de seguridade social da Alemanha e dos Estados Unidos, aparecem nos números de contaminados, de recuperados e de mortos, pelo menos no primeiro semestre de 2020.

Muita gente vai discutir o valor de tais políticas no tocante ao bem-estar social, que se reflete na atividade econômica e ademais nos debates políticos e nas eleições de inúmeros países. Manobras de concentração de poder em países totalitários ocorreram recentemente em pleno cuidado com a pandemia em vários continentes, ficamos cientes de que certos países se tornaram ainda mais francamente totalitários e é uma incógnita saber se tais experiências autoritárias vão perdurar ou não depois da pandemia, nem por quanto tempo. São mares turvos que vemos diante de nós. É difícil ter uma visão nítida do momento presente. Talvez seja o caso de apostarmos no sonho e que possamos ver um planeta e sistemas sócio- econômicos mais próximos das resistências ao poder e aos anseios dos inúmeros movimentos sociais. Se tudo permanecer como está, teremos perdido uma chance de ouro em fazer uma travessia para um mundo com mais satisfação na existência da maioria das pessoas.

■ Foucault foi um dos principais pensadores que, já na segunda metade do século XX, se notabilizaram pela negação à objetividade do conhecimento. Tendo em vista os recentes ataques sistemáticos a cientistas por parte do poder executivo federal, que insiste em negar a gravidade da pandemia em curso, a despeito de todas as pesquisas acadêmicas sinalizarem na direção contrária, seria possível dizermos em que sentido a crítica foucaultiana nos permite confirmar a atual realidade?

► A recusa de verdades absolutas não é um negacionismo da ciência, assim como a Teoria da Relatividade não é um relativismo. Vamos começar por uma visão mais geral. Desde a Grécia Clássica, os pensadores distinguiram experiência, técnica (hoje tecnologia), arte (no sentido de um saber fazer com conhecimento de causa) e ciência (teoria). Em todos os casos há graus de certeza diferenciados. Cozinhar, fazer um diagnóstico médico, construir uma casa, cuidar de uma doença, erigir uma nova teoria científica, são conhecimentos e atividades que pedem diferentes graus de verossimilhança e de verdade, e em todos eles existem maneiras de se comprovar seu sucesso. Há verdades, com contornos e formas de ser variadas. Mas a verdade existe, ou melhor, existem modalidades de verdade.

Foucault, nunca foi epistemólogo ou filósofo das ciências, mas procurou descrever, em sua ‘arqueologia’, o contexto do surgimento das Ciências Huma-

nas, na sua forma existente ainda hoje. Descreveu como a Loucura passou a ser objeto de conhecimento e de medicalização. Procurou mostrar como a clínica médica tornou-se uma atividade integrante da vida social. Em suma, em suas análises dos anos sessenta do século XX ele procurou mostrar como certos saberes procuraram obter estatuto de cientificidade e receber legitimação social. O que é, em todos os termos, o contrário do negacionismo.

Os sistemas autoritários sempre recusaram conceder valor ao conhecimento e à sabedoria. Napoleão, por exemplo, era um anti-iluminista convicto. Foi seguido, mas neste caso de maneira mais radical e destrutiva, por Hitler e seus cúmplices. Stalin não ficou atrás, mas no seu caso foi uma tomada de posição intransigente e dogmática que levou ao erro. Outros tantos fizeram muito malefício. Os regimes totalitários, a partir do século XX, realizaram uma sistemática perseguição à Filosofia, às artes, à cultura, e a certas teorias científicas. Não deixa de ser impressionante o fato de que num mundo caracterizado pela tecnologia e pelo incremento da produtividade, vindos do conhecimento científico, tantos massacres e genocídios aconteceram. Muitas vezes amparados, paradoxalmente, pelas conquistas trazidas pelas ciências e pelas tecnologias. O motor dos males sociais, todavia, residem na exploração, na intolerância, na truculência, na incapacidade de dialogar e criar pontes. A junção da ignorância com a perversidade é ponto inicial de muitos males.

O fenômeno do crescimento do negacionismo e seus nexos com o oportunismo político, nas últimas décadas, ainda está para ser estudado com mais profundidade. Mais urgente, agora, é enfrentar este nefasto vínculo da negação da ciência e da cultura com o ressurgimento da manipulação das massas apolíticas e afeitas ao fanatismo cívico-militar. Ainda que as participações de seitas religiosas existam no negacionismo, creio que o principal está na brutalidade das massas conduzidas por um líder, qualquer que seja ele. As análises de Hannah Arendt são da maior importância em nosso tempo, quando alerta para os nexos entre as massas e os totalitarismos.

Foucault estava atento a este fato, e por isto mesmo defendeu a tese de que o ponto de partida de suas análises era a resistência ao poder, tal como apresenta no pequeno texto 'O sujeito e o poder' (<https://faccasoficticia.noblogs.org/files/2015/08/O-Sujeito-e-o-Poder-Foucault.cleaned.pdf>).

■ Pensadores em entrevistas assinalam que o mundo pós pandemia será diferente. Apontam um aumento da dimensão solidária, da cooperação, da valorização do Estado como garantidor da eficácia dos bens públicos, uma retomada

do Estado de bem estar social reduzindo as diferenças sociais e ampliando a universalização do acesso à saúde e educação. Essas leituras utópicas encontram respaldo? Elas pressupõem um novo arranjo em que a biopolítica seria superada? O que podemos esperar desse mundo pós-pandêmico?

► De fato, existem as mais diversas tomadas de posição. Das mais pessimistas às mais otimistas. O que impressiona foi a procura da opinião dos filósofos e dos economistas no que diz respeito a nosso futuro. O meio filosófico tem comentado como exemplo dessas duas formas de leitura antagônicas as opiniões de Agambem e de Zizëk. Quem quiser conferir, basta clicar:

- Agambem: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598295-pandemia-novas-reflexoes-entrevista-com-giorgio-agamben>

- Zizëk: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/zizek-o-nascimento-de-um-novo-comunismo/>

Todavia, não creio que a biopolítica, enquanto parte essencial da governamentalidade contemporânea possa ser superada; na verdade, vejo que a biopolítica vai se fortalecer, e que os sistemas de saúde e as corporações profissionais vinculadas ao pessoal de saúde vão fazer algum uso dos eventos recentes para além da solidariedade e do senso de humanidade.

Já no campo social e político, no porvir nosso de cada dia, veremos.....

■ Os novos governos de direita assumem um discurso de negação da razão desqualificando a ciência. No Brasil, em especial, o peso dado pelo governo federal aos setores evangélicos favorece um determinismo religioso e um relativismo aos temas científicos. O corte de verbas para a produção científica, a desqualificação das universidades – vistas como espaços descontrolados, amoraes, lócus da balbúrdia – são expressões dessa visão de mundo. Completando o quadro, as Ciências Humanas são tratadas como o patinho feio, desqualificadas, vistas como difusoras de um pensamento estranho ao país e difusoras de uma capacidade crítica lida como antagônica ao olhar determinista de mundo. Qual o papel a Ciência deve ter e, em especial, como a Filosofia, a Sociologia, a História podem agir para desconstruir o negacionismo das ciências?

► As ciências biomédicas, com o novo contexto, já estão fortalecidas, assim como as ciências da informação. A prova de que são aceitas está na quantidade de gente que pratica o isolamento social. Reside também na recente ‘heroização’ dos profissionais ditos essenciais para o funcionamento da vida social.

A demanda da Filosofia, da História e da Ciência Política pela mídia e por pessoas com certo grau de instrução é indício evidente de que são conhecimentos valiosos e servem para o entendimento dos desafios que enfrentamos, em especial numa situação de emergência como a do momento presente. Parece claro que nossa estratégia é a da aproximação com a sociedade através dos novos sistemas de ligação. Temos que aproveitar nossas ferramentas de divulgação e nosso potencial de integração com os movimentos sociais para procurar dialogar com propriedade com e na sociedade. Temos que evitar falar besteira. Para isto bastam os governos, presidentes bufões (e perigosos) e religiosos toscos oportunistas. Passemos a eles a glória da tolice.

Temos um momento propício para apresentar nossas contribuições ao conhecimento e à sociedade. De maneira firme, provocadora e inconformada. O papel dos saberes e das humanidades certamente, não vai se fazer pela inserção pura e simples no acesso ao financiamento das agências de fomento. É dessa dependência do saber ao patronato oficial que sai boa parcela do pensamento inosso e inócuo que tem caracterizado grande parte das pesquisas em Ciências Humanas. É hora da aventura e da aposta na conversação direta com a sociedade, seja em revistas, blogs, jornais, televisões, etc.. Temos que sair da casca e dizer a que viemos. Participar da vida comunitária, integrar os núcleos de deliberação social. Recriar nosso rosto, e participar dos desafios a que somos lançados. Mostrando, sempre, nossa cara e nosso pensamento. Temos que renovar nosso valor.

Recebido em 12/03/2020
Aprovado em 28/03/2020